



**Ata da Sessão Plenária ordinária nº 116 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, realizada no dia onze de junho do ano de dois mil e vinte e um, on-line, através da plataforma Zoom.**

1 Às nove horas e onze minutos do dia onze de junho do ano de dois mil e vinte e um, de  
2 forma on-line através da plataforma Zoom, reuniu-se o Plenário do Conselho de  
3 Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina – CAU/SC, em Sessão Ordinária número  
4 cento e dezesseis. Presente a Presidente do CAU/SC, Arquiteta e Urbanista **PATRICIA**  
5 **FIGUEIREDO SARQUIS HERDEN**, os senhores Conselheiros Estaduais, Arquitetos e  
6 Urbanistas **CLÁUDIA ELISA POLETTI**, **FELIPE BRAIBANTE KASPARY**, **HENRIQUE**  
7 **RAFAEL DE LIMA**, **JANETE SUELI KRUEGER**, **MAURÍCIO ANDRÉ GIUSTI**, **SILVYA**  
8 **HELENA CAPRARIO** e **VALESCA MENEZES MARQUES**, os suplentes de conselheiro  
9 **ANA CARINA LOPES DE SOUZA ZIMMERMANN**, **ANNE ELISE ROSA SOTO**,  
10 **GABRIELA HANNA TONDO**, **JULIANA CORDULA DREHER DE ANDRADE**,  
11 **LARISSA MOREIRA** e **NEWTON MARÇAL SANTOS**, os empregados do CAU/SC, o  
12 Gerente Geral **JAIME TEIXEIRA CHAVES**, a Assessora Especial **LARISSA MILIOLLI**,  
13 o Gerente Administrativo Financeiro **FILIPE LIMA ROCKENBACH**, a Gerente Técnica  
14 **MARINA LAMEIRAS**, a Gerente de Fiscalização **MAYARA REGINA DE SOUZA**  
15 **SPENGLER**, a Assessora Jurídica **ISABEL LEAL MARCON LEONETTI**, os Advogados  
16 **CÍCERO HIPÓLITO DA SILVA JUNIOR** e **ISABELA SOUZA BORBA**, a supervisora de  
17 atendimento **NAYANA MARIA DE OLIVEIRA** e o Assistente Administrativo  
18 **FERNANDO VOLKMER**. Ressaltam-se as ausências justificadas dos conselheiros  
19 **CAMILA GONÇALVES ABAD**, **CARLA LUIZA SCHONS**, **DANIEL OTÁVIO**  
20 **MAFFEZZOLLI**, **EDUARDA FARINA**, **FÁRIDA MIRANY DE MIRA**, **FRANCISCO**  
21 **RICARDO KLEIN**, **GOGLIARDO VIEIRA MARAGNO**, **KELLY CORREIA SYCHOSKI**,  
22 **RODRIGO ALTHOFF MEDEIROS** e **ROSANA SILVEIRA**. Após a verificação e  
23 constatação da existência de quórum, a Presidente agradeceu a presença de todos,  
24 esclareceu o funcionamento do chat da reunião e lembrou da importância de identificar  
25 antes de qualquer contribuição. Após a execução do hino nacional, a Presidente  
26 apresentou a pauta da reunião, excluindo o item **6.2. Solicitação de apoio institucional**  
27 **da ABRECON (Origem: Deliberação nº 017/2021-CD-CAU/SC)**, em função de falta de  
28 documentação. Sem manifestações, a pauta foi encaminhada para votação e foi  
29 aprovada com os votos favoráveis dos conselheiros Ana Carina, Anne, Felipe Gabriela,  
30 Henrique, Janete, Juliana, Larissa, Maurício, Newton, Silvy e Valesca, e o voto  
31 contrário da conselheira Cláudia. No item **4. Discussão e Aprovação de Ata da 114ª**  
32 **Plenária Ordinária e da Ata da 115ª Plenária Ordinária**, a Presidente apresentou as  
33 atas, que sem manifestações foram encaminhadas para votação e aprovadas com os  
34 votos favoráveis dos conselheiros Ana Carina, Felipe, Janete, Larissa, Maurício,  
35 Newton, Silvy e Valesca e as abstenções dos conselheiros Anne, Cláudia, Gabriela,  
36 Henrique e Juliana. No item **5. Comunicados**, a Presidente explicou que o tempo de  
37 fala de cada relato estaria limitado a cinco minutos, prorrogáveis por mais cinco,  
38 conforme o artigo 47 do Regimento Interno do CAU/SC. No item **5.1. Comunicado do**  
39 **CEAU**, o Coordenador Luiz Alberto explicou que não houve reunião no último mês, pelo  
40 fato de as reuniões do colegiado serem bimestrais. Destacou que o projeto do evento  
41 Vinte Anos do Estatuto da Cidade estaria sendo realizado pela CPUA em parcerias com  
42 as entidades, através do CEAU e colaboração de outras comissões. Sugeriu à



43 Coordenadora Janete uma parceria com o Tribunal de Contas do Estado. Registrou a  
44 importância da continuidade da divulgação do Congresso Mundial de Arquitetura que  
45 estaria acontecendo de forma virtual. Informou que na reunião anterior do CAEU foi  
46 discutida a questão do salário mínimo profissional e disse que, na sua posição particular,  
47 era uma situação muito delicada, que acreditava o CAU/SC não deveria se manifestar  
48 e que as questões jurídicas se resolvam na justiça, enaltecendo a função principal do  
49 Conselho. No item **5.2. Relato dos Coordenadores das Comissões Ordinárias**, a  
50 Conselheira Juliana declarou que não havia sido informada que seria o único membro  
51 presente da CEP e que assim não havia se preparado para a apresentação. No **Relato**  
52 **da Comissão Ordinária de Ensino e Formação**, o Conselheiro Newton relatou que na  
53 reunião extraordinária foi tratado do Edital do Concurso de Estudantes e Professores,  
54 onde o planejamento seria a realização da premiação dos anos de dois mil e dezenove  
55 e dois mil e vinte. Informou que na reunião ordinária foram tratadas as questões  
56 ordinárias e discutida a questão de registros de alunos vindos do EaD. No **Relato da**  
57 **Comissão Especial de Política Urbana e Ambiental**, a coordenadora Janete informou  
58 as indicações dos representantes realizados no último mês e do planejamento da  
59 distribuição das cartilhas “Cidade: Patrimônio de Todos” e Fundamentos para as cidades  
60 2030”. Relatou uma discussão sobre o arquiteto e urbanista como microempreendedor  
61 individual, explicando que não foi tomada nenhuma decisão e o envio de uma  
62 manifestação da comissão com relação ao projeto da Havan no Centro Histórico de  
63 Blumenau. Informou da realização do evento Vinte Anos do Estatuto da Cidade e do  
64 Patrimônio Histórico, com data marcada para o dia dezoito de agosto, às dezesseis  
65 horas. Falou do andamento do projeto da Plataforma de Ecossistema das Cidades e da  
66 conversa com os responsáveis pelo Museu Histórico de Santa Catarina. No **Relato da**  
67 **Comissão Especial Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social**, o  
68 coordenador Maurício informou da análise de participação em um evento junto a  
69 FECAM, através da Conselheira Federal Daniela e dos Conselheiros Cláudia e Felipe.  
70 Informou da entrega do projeto da capacitação online em ATHIS. Explicou sobre  
71 elaboração do edital do Curso de Especialização em ATHIS. No **Relato da Comissão**  
72 **Ordinária de Organização, Administração e Finanças**, a Conselheira Silvyia informou  
73 da aprovação do Edital de Chamada Pública “Arquitetura e Urbanismo em tempos de  
74 pandemia: atuação profissional, democratização e qualidade de vida”. Relatou a  
75 discussão sobre a proposta de alteração da Resolução nº 104, onde não houve  
76 nenhuma decisão tomada e citou a análise das alterações da Portaria Normativa nº  
77 01/2021, ante a Resolução nº193/2020. A Conselheira Cláudia questionou o motivo de  
78 não haver relato da CED uma vez que o coordenador adjunto estaria presente na  
79 reunião. A Presidente informou que o Conselheiro Henrique informou que não estaria  
80 preparado para o relato e ficaria a vontade dos conselheiros de manifestar, ou não, sem  
81 obrigar ninguém a falar. A Conselheira Cláudia registrou que não se tratava de estar à  
82 vontade e que seria sua obrigação enquanto coordenador adjunto fazer o relato dos  
83 trabalhos da comissão, ressaltando era um caso diferente do da Conselheira Juliana  
84 que era conselheira suplente e não exercia nenhum cargo de coordenação na CEP. A  
85 Presidente explicou que independente de ser titular, suplente, coordenador ou não, não  
86 obrigaria ninguém a falar na reunião. No item **5.3. Relato da Presidência**, a Presidente  
87 informou da sua participação na reunião Ampliada do CAU/BR, onde abordou a questão  
88 do CSC para um plano de contingência em casos de instabilidade do SICCAU, que  
89 continuavam acontecendo mesmo após ao fim do Plano de Cem Dias do CAU/BR.  
90 Relatou sua participação na Audiência Pública sobre o Plano diretor de São José, onde  
91 foi discutido principalmente a preservação do caráter público da borda d’água. Informou



92 sua participação no Encontro das COA, onde foi possível observar os problemas em  
93 comum com outros CAUs. Falou sobre o projeto do evento “Boas Práticas em  
94 Arquitetura e Urbanismo para Gestores Públicos”. Relatou do alinhamento com o  
95 Promotor Paulo Locatelli, juntamente com a CPUA e CEAU, para tratar dos Vinte Anos  
96 do Estatuto das Cidades. Relatou o avanço das Câmaras Temáticas através de uma  
97 parceria com a AsBEA, item pautado na reunião. Sobre a PEC 108/2019, que trata da  
98 natureza jurídica dos Conselhos Profissionais, solicitou que a Assessoria Jurídica  
99 explanasse um pouco sobre o caso. A Assessora Isabel fez uma apresentação e  
100 esclarecimentos sobre a PEC 108/2019 e seus trâmites. No item **5.4. Relato da**  
101 **Conselheira Federal**, a Presidente informou que a Conselheira Daniela não poderia  
102 participar da reunião em função de um compromisso agendado de última hora. No item  
103 **6. Ordem do Dia**, a Presidente explicou que estaria limitado a duas manifestações para  
104 cada conselheiro de até 3 minutos para cada matéria, conforme o art. 54, III, do  
105 Regimento Interno do CAU/SC. No item **6.1. Proposta de Alteração da Deliberação**  
106 **Plenária do CAU/SC nº42/2015, que trata sobre a aplicação do salário mínimo**  
107 **profissional (Origem: Deliberação nº 022/2021-CEP-CAU/SC)**, uma vez que não  
108 havia nenhum dos membros presentes da comissão que aprovaram a deliberação, a  
109 Gerente Técnica Marina apresentou o item. A Assessora Isabel contextualizou  
110 juridicamente a questão. O Conselheiro Newton sugeriu rejeitar o documento ou tirá-lo  
111 de pauta, uma vez que não existe diferença entre um arquiteto funcionário público ou  
112 privado. A Conselheira Silvyia concordou com o Conselheiro Newton, destacando a  
113 importância da valorização profissional. A Conselheira Janete disse que não caberia ao  
114 CAU discriminar funcionário público ou privado. A Presidente explicou que essa  
115 demanda vinha da Gerência Técnica. A Conselheira Anne disse que quando eleita  
116 conselheira, um dos maiores pedidos feitos por seus colegas era a defesa do piso  
117 salarial, dizendo que era totalmente contrária ao documento. A Gerente Marina  
118 esclareceu que foi o pedido de uma profissional que pediu a análise. A Conselheira Ana  
119 Carina sugeriu retirar o item de pauta uma vez que não havia ninguém da comissão  
120 para defender o item. A Conselheira Valesca explicou que tudo que tinha que ser  
121 explicado estaria no documento. Sendo assim, a Presidente encaminhou para votação  
122 a retirada do item de pauta. A pauta foi mantida com os votos favoráveis dos  
123 Conselheiros Anne, Cláudia, Gabriela, Henrique Janete, Juliana, Larissa, Newton,  
124 Silvyia e Valesca, com o voto contrário da conselheira Ana Carina, abstenção do  
125 Conselheiro Maurício e a ausência do Conselheiro Felipe. A Conselheira Cláudia  
126 registou que essa votação não deveria ter ocorrido, apenas a aceitação ou não da  
127 proposta. A Presidente encaminhou para votação a proposta de deliberação plenária  
128 apresentada, que foi rejeitada com os votos contrários dos conselheiros Anne, Cláudia,  
129 Gabriela, Janete, Juliana, Larissa, Maurício, Newton, Silvyia e Valesca, a abstenção da  
130 Conselheira Ana Carina e as ausências dos conselheiros Felipe e Henrique. No item  
131 **6.3. Minuta de Acordo de Cooperação - CAU/SC e CINCATARINA (Origem:**  
132 **Deliberação nº 018/2021-CD-CAU/SC)**, a Presidente apresentou o item. A Conselheira  
133 Valesca destacou a questão do salário profissional no CINCATARINA entre outros  
134 pontos relacionados aos arquitetos funcionários deste Consórcio, justificando que não  
135 via motivo ou benefício para o CAU fazer esse acordo. Enfatizou que era totalmente  
136 contrária a assinatura do termo. O Conselheiro Newton concordou com a Conselheira  
137 Valesca e disse que iria se inteirar sobre o caso, dizendo que era importante ser melhor  
138 analisado. A Conselheira Juliana disse que de uma forma geral os convênios eram  
139 interessantes, mas que além da questão objetiva teria as questões subjetivas,  
140 questionando se o CAU deveria firmar o termo com um Consórcio que não respeita o





141 salário mínimo profissional, dizendo que deveria ser rejeitada a proposta. A Conselheira  
142 Janete disse que a partir do momento que se tem dúvidas, não deveria ser aceito. A  
143 Presidente explicou que a documentação estava correta e que então o plenário teria  
144 que realizar uma investigação dos vínculos empregatícios. A Conselheira Valesca  
145 destacou que o convênio era benéfico apenas para o Consórcio, não para o Conselho.  
146 A Presidente encaminhou para votação a proposta de deliberação plenária apresentada,  
147 que foi rejeitada com os votos contrários dos conselheiros Ana Carina, Anne, Cláudia,  
148 Gabriela, Henrique, Janete, Juliana, Larissa, Maurício, Newton, Silvy e Valesca e a  
149 ausência do Conselheiro Felipe. No item **6.4. Proposta de instauração da Câmara**  
150 **Temática de BIM (Origem: Presidência-CAU/SC)**, a Presidente apresentou o item.  
151 Sem manifestações, a Presidente encaminhou para votação a proposta de deliberação  
152 plenária apresentada, que foi aprovada por unanimidade dos presentes com os votos  
153 favoráveis dos conselheiros Ana Carina, Anne, Cláudia, Gabriela, Henrique, Janete,  
154 Juliana, Larissa, Maurício, Silvy e Valesca e a ausência do Conselheiro Felipe. No item  
155 **6.5. Manifestação sobre a instauração de processos ético-disciplinares em razão**  
156 **de inadimplência de anuidade (Origem: Deliberação nº 017/2021-CED-CAU/SC)**, o  
157 Conselheiro Henrique apresentou o item. A Conselheira Janete questionou se com a  
158 deliberação, o profissional inadimplente ficaria apenas com as restrições impostas pelo  
159 CAU, sem a abertura de um processo ético. A Conselheira Cláudia explicou que com a  
160 inadimplência ele já seria notificado pela fiscalização. O Advogado Cícero apresentou a  
161 posição do jurídico do CAU/BR, em consulta informal, explicando que não haveria  
162 sustentação jurídica para instauração de processo ético para profissionais  
163 inadimplentes. Sem mais manifestações, a Presidente encaminhou para votação a  
164 proposta de deliberação plenária apresentada, que foi aprovada por unanimidade dos  
165 presentes com os votos favoráveis dos conselheiros Ana Carina, Anne, Cláudia,  
166 Gabriela, Henrique, Janete, Juliana, Larissa, Maurício, Newton, Silvy e Valesca e a  
167 ausência do Conselheiro Felipe. No item **6.6. Projeto de Lei Complementar nº**  
168 **55/2021– Enquadramento de Arquitetos e Urbanistas como Microempreendedores**  
169 **Individuais (MEIs) (Origem: Deliberação nº 028/2021-CPUA-CAU/SC)**, a Conselheira  
170 Janete apresentou o item. A Conselheira Larissa questionou a questão do teto do MEI,  
171 que iria contra a questão do salário do arquiteto. A Conselheira Juliana disse que era  
172 uma discussão complexa e que deveria ser ampliada. Falou que entende a ajuda aos  
173 novos profissionais mas destacou a possibilidade da precarização das condições de  
174 trabalho. Disse que como categoria deveria buscar uma redução dos tributos, mas não  
175 através dessa possibilidade que pode trazer a desvalorização profissional e da  
176 precarização das relações trabalhistas. A Conselheira Janete explicou que o MEI veio  
177 para regular as pessoas que não tinham nenhum amparo jurídico e profissional,  
178 lembrando das limitações do MEI. Disse que deveria haver uma categoria para receber  
179 e acomodar todos os profissionais liberais de todos os conselhos, mas não através do  
180 MEI. O Advogado Cícero explicou e prestou esclarecimentos sobre os  
181 Microempreendedores Individuais. A Conselheira Cláudia propôs um manifesto mais  
182 sólido, no sentido de defender a redução tributária, trabalhando a valorização  
183 profissional através de um plano de carreiras. A Presidente sugeriu que a CEP  
184 retomasse a discussão nesse sentido. A Conselheira Janete disse que era uma questão  
185 muito importante, sugerindo um alinhamento com outros Conselhos Profissionais de  
186 profissionais liberais. A Conselheira Valesca disse que seria muito importante saber o  
187 posicionamento do CAU/BR sobre o tema, citando casos onde o MEI gera  
188 desvalorização profissional. A Presidente esclareceu que não haveria um  
189 posicionamento do CAU/BR, mas sim o posicionamento de diversos CAU/UF sobre o



190 tema. O Gerente Jaime sugeriu que a votação fosse com base em solicitar um  
191 posicionamento do CAU/BR sobre o tema. A Conselheira Valesca sugeriu citar as  
192 preocupações apresentadas no ofício para o CAU/BR. A Presidente sugeriu encaminhar  
193 os apontamentos citados para que a CPUA realizasse um documento, mas que a  
194 solicitação de um ofício solicitando o posicionamento do CAU/BR deveria ocorrer. O  
195 Conselheiro Newton destacou a importância da participação da CEP na discussão. A  
196 Conselheira Janete disse que o tema seria pautado novamente na comissão, mas disse  
197 que concordava com o encaminhamento posterior para a CEP. Destacou a importância  
198 do alinhamento com outros Conselhos. A Presidente encaminhou para votação o envio  
199 ao CAU/BR de solicitação de manifestação sobre o tema, o retorno para a CPUA para  
200 rediscussão do tema, sob a ótica do discutido em Plenário e o envio para a CEP para  
201 manifestação, sob a ótica do discutido em Plenário. A proposta foi aprovada por  
202 unanimidade dos presentes com os votos favoráveis dos conselheiros Ana Carina,  
203 Anne, Cláudia, Gabriela, Henrique, Janete, Juliana, Larissa, Maurício, Silvy e Valesca  
204 e a ausência do Conselheiro Felipe. No item **6.7. Evento - Ciclo de Debates Mulheres  
205 Inclusivas (Origem: Presidência-CAU/SC)**, a Presidente apresentou o item. A  
206 Conselheira Juliana questionou se foi apresentado para a Câmara Temática que tratava  
207 do tema. A Presidente explicou que a Câmara não estaria ativada e que deveria ser  
208 encaminhada uma proposta para reativá-la. A Conselheira Cláudia disse que o tema  
209 deveria ser encaminhado para a Câmara Temática das Mulheres e que esta deveria ser  
210 reativada. A Presidente explicou que as propostas para instauração das Câmaras  
211 Temáticas poderiam ser realizadas, de acordo com o novo regimento. A Conselheira  
212 Janete disse que não sabia que as câmaras já poderiam ser reativadas e que a CPUA  
213 iria se organizar para a volta da Câmara Temática de Patrimônio. A Presidente explicou  
214 que se tratava apenas de uma consulta se deveria haver uma etapa em Santa Catarina  
215 do Ciclo de Debates Mulheres Inclusivas. A Conselheira Juliana manifestou interesse  
216 em contribuir, mas destacando que na sua opinião deveria ser realizada através da  
217 Câmara Temática. A Presidente fez uma consulta com relação a realização da etapa  
218 em Santa Catarina do Ciclo de Debates Mulheres Inclusivas que foi acatada por  
219 unanimidade dos presentes com os votos favoráveis dos conselheiros Ana Carina,  
220 Cláudia, Gabriela Janete, Juliana, Larissa, Maurício, Newton, Silvy e Valesca e as  
221 ausências dos Conselheiros Anne, Henrique e Felipe. Foi realizada uma pausa de uma  
222 hora. Retomada a reunião, para formalização, a Presidente encaminhou para votação a  
223 proposta de deliberação plenária apresentada, referente a realização da etapa em Santa  
224 Catarina do Ciclo de Debates Mulheres Inclusivas e da indicação do nome da  
225 Conselheira Juliana como mediadora da realização da etapa no estado, e da indicação  
226 do nome da Conselheira Juliana como mediadora da realização da etapa no estado,  
227 que foi aprovada por unanimidade dos presentes com os votos favoráveis dos  
228 conselheiros Ana Carina, Anne, Cláudia, Henrique, Juliana, Larissa, Maurício, Newton,  
229 Silvy e Valesca e as ausências dos Conselheiros Gabriela, Janete e Felipe. No item  
230 **7. Comunicações dos Conselheiros e assuntos de interesse geral**, o Conselheiro  
231 Newton relatou sobre sua participação nas reuniões, representando o Conselho junto  
232 ao Corpo de Bombeiros, CREA e FIESC, para tratar da legislação do PTCL, deixando  
233 aberto para contribuição de todos os conselheiros. Explicou que a discussão estaria  
234 sendo encaminhada para a auto declaração do momento do projeto até a execução.  
235 Registrou a ausência de energia elétrica por noventa e cinco horas em Caçador,  
236 destacando a questão da infraestrutura. A Conselheira Larissa se posicionou contra o  
237 auto declaratório, explicando que o arquiteto entende de projeto, não de legislação. A  
238 Conselheira Janete solicitou registro de que estava presente durante a votação do item



239 6.7, apenas não conseguiu se manifestar. O Gerente Jaime fez esclarecimentos sobre  
240 o item 6.1, explicando se a votação foi feita de acordo com a proposta e apresentou a  
241 diferença entre empregado público e servidor público. A Gerente Marina explicou que o  
242 assunto foi retomado, com a Resolução nº 184 e os novos prazos para extemporâneo.  
243 No item **8. Apresentação dos Áreas Internas do CAU/SC**, no item **8.1. Relato da**  
244 **Gerência Administrativa e Financeira**, o gerente Filipe apresentou os dados do mês  
245 de maio com relação a gestão de pessoas e fez um relato sobre compras, contratos e  
246 licitações. Apresentou os resultados da gestão financeira do mês anterior. Explicou o  
247 cronograma de reprogramação orçamentária do ano de dois mil e vinte e um. No item  
248 **8.3. Relato da Gerência Técnica**, a Gerente Marina apresentou os dados da gerência  
249 e do atendimento do mês de maio. No item **8.4. Relato da Gerência Fiscalização**, a  
250 Gerente Mayara apresentou os dados e atividades da fiscalização do mês de maio e os  
251 dados acumulados do ano. Fez uma apresentação detalhada de como era realizada a  
252 fiscalização do CAU/SC. O Conselheiro Newton questionou se existia alguma ação de  
253 fiscalização nas redes sociais. A Gerente Mayara disse que era um tema complexo que  
254 envolvia várias questões e que no âmbito da Resolução nº 22, que rege a fiscalização,  
255 a atuação de gabinete estaria muito focada na questão da habilitação, mas no que se  
256 referia a questões de competição de preço, de promoções e oferta de projetos, deve ser  
257 tratado como infração ética. No item **8.2. Relato da Assessoria Especial**, a Assessora  
258 Larissa apresentou as informações sobre a assessoria, comunicação e eventos do  
259 CAU/SC do mês de maio. Falou do organograma da secretaria, agradecendo o trabalho  
260 do Assistente Fernando pelo trabalho. Informou da contratação de uma técnica em  
261 secretariado temporariamente. Informou da alteração da plataforma do CAU/SC de  
262 reuniões e gerenciamento de informações, passando a utilizar o Teams, mesma  
263 plataforma utilizada pelo CAU/BR. Destacou a importância de os conselheiros manterem  
264 seus dados atualizados, facilitando a comunicação. Não havendo mais nada a tratar, a  
265 Presidente declarou encerrada a reunião às catorze horas e cinquenta e um minutos.  
266 Para constar, eu, Tatiana Moreira Feres de Melo, secretária do CAU/SC, lavrei a  
267 presente ata que será rubricada em todas as suas páginas e, ao final, assinada por mim  
268 e pela Presidente para que reproduza os efeitos legais.

Patrícia Figueiredo Sarquis Herden  
Presidente do CAU/SC

Tatiana Moreira Feres de Melo  
Secretária do CAU/SC